



A PEDAGOGIA DECOLONIAL DA PROSTITUIÇÃO FEMININA: AS EXPERIÊNCIAS DE CANDELÁRIA NA ASP

Ilka Miglio de Mesquita¹
Luzinete Rosa dos Santos²

GT 6- Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender a atuação de Candelária no processo de configuração da Associação Sergipana de Prostitutas- ASP. A execução da pesquisa demandou uma análise dos documentos da associação, instituição não-Governamental, fundada em 5 de agosto de 1990 com a intenção de garantir a cidadania das prostitutas, além de desenvolver um trabalho de cunho social na luta por direitos e articulação com programas sociais. Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela pesquisa documental e pela pesquisa bibliográfica, a serem desenvolvidas por meio de localização e análise de fontes documentais, bem como de leitura de bibliografia especializada. Também, e não menos essencial, o trabalho será realizado com a base teórica Decolonial, assim o referencial teórico utilizado nesta pesquisa traz o conceito de “Pedagogia Decolonial” formulada pela linguista norte-americana Catherine Walsh (2013). Para movimentar a produção deste texto, levantamos as seguintes interrogações: como ASP foi organizada? Como a atuação de Candelária se tornou um elemento central na constituição da ASP? No decorrer da análise observamos que, a carreira militante da Candelária é um elemento central da configuração da ASP, enquanto movimento social, luta política e reivindicação de direitos.

Palavras-chave: Educação, Prostituição, Associação, Sergipe, Mulheres.

ABSTRACT

This work aims to understand Candelária's role in the ASP configuration process. The execution of the research required an analysis of the documents of the association, a non-governmental institution, founded on August 5, 1990 with the intention of guaranteeing the citizenship of prostitutes, in addition to developing a social work in the fight for rights and articulation with programs social. For the development of this research, we opted for documentary research and bibliographical research, to be developed through the location and analysis of documentary sources, as well as the reading of specialized bibliography. Also, and no less essential, the work will be carried out with the Decolonial theoretical basis, thus the theoretical framework used in this research brings the concept of “Decolonial Pedagogy” formulated by the American linguist Catherine Walsh (2013). To move the production of this text, we raise the following questions: how was ASP organized? How did Candelária's performance become a central element in the constitution of the ASP? In the course of the analysis, we observed that Candelária's militant career is a central element in the configuration of the ASP, as a social movement, political struggle and claim for right.

Keywords: Education, Prostitution, Association, Sergipe, Women.

¹ Professora Doutora, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Unit/SE); Graduada em História pela PUC/MG; Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; Doutora em Educação pela Unicamp; Pós-Doutorado em História da Educação pela UFMG. É líder do Grupo de pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI)

² Doutorando em Educação; Programa de Pós-graduação em Educação; Universidade Tiradentes-UNIT; bolsista capes; membro do Grupo de pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI), e-mail: luzinete.rosa@souunit.com.br



INTRODUÇÃO

Como reflexo da sociedade patriarcal brasileira, as mulheres ainda sofrem e são reprimidas. Além disso, a moral cristã ainda está enraizada em nossa sociedade. As repressões são praticadas através de ações violentas, tendo um alto índice de mortalidade cometido contra as mulheres. O Brasil é o 5º país³ do mundo no ranking do feminicídio. Entre 2020 a 2021 foi registrado um aumento de 8% de assassinatos de mulheres. Em Sergipe, a realidade não destoa da nacional. Temos proporcionalmente um dos índices mais altos de violência contra a mulher. Pesquisas revelam que, nos dois primeiros meses de 2020, o Estado de Sergipe passou a liderar nacionalmente o ranking de violência contra a mulher. Quando essas mulheres realizam práticas sexuais consideradas ilícitas, como é caso das prostitutas, essa opressão passa a ser maior.

No universo da prostituição as mulheres têm suas vidas marcadas por uma tentativa de controle e repressão sexual. As reações contra essas minorias têm sido marcadas por tentativas de invisibilizar sujeitos e higienizar os espaços, tornando essencial demarcar lugares de (re) existências possíveis. Existem mobilizações sociais, como é o caso das organizações de prostitutas no Brasil, que lutam pela sobrevivência das mulheres que trabalham na prostituição e carregam as marcas tecidas em seus corpos acerca da atividade que realizam.

Queremos pensar como a ASP foi organizada e nesse sentido, elaboramos o objetivo no sentido de compreender a atuação de Candelária no processo de configuração da ASP. A execução da pesquisa demanda uma análise das ações desenvolvidas na ASP, instituição não-Governamental localizada na região norte de Aracaju.

Assim, buscamos problematizar como Candelária dentro de seus espaços e vivências, se organizam e demarcam um lugar de (re) existência. Segundo Lugones (2014, p.939) a resistência “[...] não é fim ou a meta da luta política, mas sim [...] seu começo, sua possibilidade”. Além disso, Para Fanon (2005) resistir é uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos vários campos das relações de poder. As organizações das mulheres prostitutas são possibilidades de (re) existir, como indica Walsh (2013). Isso nos convida a examinar experiências desse grupo inferiorizado, que sabotam as normas postas sobre seus corpos, e se organizam (re) existindo a colonialidade. Assim, para movimentar a

³ Dados retiradas do site da secretaria de segurança pública e da procuradoria de mulheres do estado de Sergipe



produção deste texto, levantamos as seguintes interrogações: como ASP foi organizada? Como a atuação de Candelária se tornou um elemento central na constituição da ASP?

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O Referencial teórico utilizado nesta pesquisa traz o conceito de “Pedagogia Decolonial” formulada pela linguista norte-americana Catherine Walsh. Essa autora dialoga com o pensamento decolonial, movimento que atua por duas vertentes: tanto como formulações teóricas, como pelas expressões de luta e resistência contra o pensamento colonizador. Nesse sentido, entendemos a Pedagogia Decolonial também nessa perspectiva.

Para Walsh (2013) a Pedagogia Decolonial não é pensada em um sentido instrumental do ensino e transmissão do conhecimento. Além disso, não está restrita a espaços escolarizados. Mas “como falou uma vez Paulo Freire, a Pedagogia se entende como metodologia imprescindível dentro de e para as lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação” (WALSH, 2013, p. 29). A aplicação da Pedagogia Decolonial é consolidada através de suas práticas que, conforme Walsh, podem ser entendidas como: “Práticas que abrem caminhos e condições radicalmente ‘outras’ de pensamento, re e insurgimento, [...] que por sua vez fazem questionar e desafiar a razão única da modernidade ocidental e o poder colonial ainda presente, desligando-se deles.” (WALSH, 2013, p. 28).

A investigação foi desenvolvida a partir de análise documental de fontes diversas, presentes na associação. Inicialmente esses documentos foram identificados, organizados e digitalizados para compor uma base de dados do Google drive, facilitando a manipulação e auxiliando na preservação das fontes. A análise dos documentos parte da categorização pela ótica decolonial e histórica, no sentido de compreender aspectos referentes a organização da ASP. Assim, os documentos normativos da ASP, junto aos materiais das atividades realizadas, serão analisados como fontes. Esses documentos carregam informações de seu tempo e, ao serem confrontados com outras fontes, podem conduzir as peculiaridades de sua época.

Dessa forma, o levantamento das fontes e a coleta de dados são elementos primordiais para execução desta pesquisa, pois para o desenvolvimento da investigação é preciso recorrer aos procedimentos como: consultas de documentos da ASP que estão em bibliotecas localizadas na cidade de Aracaju-SE, Livros publicados por Candelária, revisão de literatura para fazer uma interlocução com pesquisas já realizadas.



Até o momento as fontes localizadas foram: projetos para arrecadações de recursos financeiros, atas de reuniões, relatórios de atividades, atividades produzidas nas oficinas temáticas, materiais didáticos relacionado a educação em saúde e relatórios de cursos profissionalizantes ofertados em parceria com o sistema S: Senai, Sesi, Senac e Sesc.

Entendemos que para as fontes revelarem dados ao pesquisador é necessário considerar o documento enquanto todo sinal deixado pelos homens. Nesse sentido, Le Goff (1994) evidencia o documento como: [...] uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (p.547). Portanto, o pesquisador precisa se respaldar, não apenas nas informações apresentada pelas fontes documentais, é preciso interrogar porque está sendo apresentado daquela forma. Desnudar as roupagens enganadoras que esse documento carrega é primordial para uma análise documental. É preciso tratar os documentos como um objeto de seu tempo, fazendo alguns questionamentos sobre sua produção: Quem o produziu? Quais as informações contidas? O que ele representa? Quais brechas podem ser identificadas no sentido de Pedagogia Prostituta?

No processo de desenvolvimento da pesquisa como forma de ampliar o campo do conhecimento sobre a temática fez-se necessário realizar um mapeamento das produções que já foi produzido sobre a temática pesquisada. Assim, realizamos uma investigação acerca das produções acadêmicas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da plataforma Sucupira. Durante o processo de levantamento de dados foram selecionadas apenas pesquisas realizadas na área da Educação e que dialogam com o objeto de pesquisa.

No levantamento dos estudos, produzidos nos anos 2000 a 2020, encontramos onze pesquisas, sendo seis dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado. Das pesquisas registradas, apenas a dissertação de Silva (2017) trata sobre a associação de prostitutas, e as relações das mulheres com a associação de prostitutas da Bahia (APROSBA). Algumas pesquisas, mesmo apresentando as palavras-chave prostituição, educação, usam os conceitos de educação e prostituição em certa medida.

Observamos que os trabalhos discutem esses conceitos, porém as discussões estão muito mais centradas nos aspectos relacionados ao contexto social da prostituição, sendo poucas as pesquisas no âmbito da educação que tratam sobre os diversos saberes. Desse



modo, esses dados nos permitiu o reconhecimento de que há poucos estudos no campo da educação e isso nos instiga a realizara investigação, ampliando as discussões no campo.

ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE PROSTITUTAS – ASP: LUTAS E ENFRENTAMENTOS

A ASP foi fundada em 5 de agosto de 1990 com o objetivo de garantir a cidadania das prostitutas, além de desenvolver um trabalho de cunho social na luta por direitos e articulação com programas sociais. A associação, foi idealizada pela prostituta Maria Nizéria Candelária e representa os interesses das prostitutas através do desenvolvimento de atividades sobre educação sexual, o enfretamento contra a violência e feminicídio e aspectos relacionados ao reconhecimento da prostituição. Como já mencionado foi, idealizada pela prostituta Maria Nizéria Candelária, é a segunda associação de prostituta do Brasil e, ao longo desses anos de atuação, é citada pelo senado brasileiro como uma referência enquanto instituição de enfretamento a desigualdades sociais.

Antes da fundação da ASP, Candelária, como é conhecida, auxiliou na criação do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids em Sergipe – Gapa/SE, com atividades relacionadas a saúde dessas mulheres. A associação tem sua atuação voltada, sobretudo, para a assistência as Prostitutas que trabalham nas ruas da cidade de Aracaju-SE. Ao longo desses anos, sua missão consistiu em batalhar para a educação das prostitutas em Sergipe, investindo na organização da classe para sua inclusão na sociedade. Já para mulheres que almejavam mudar de atividade, era ofertado cursos profissionalizantes, realizados em parceria com o sistema S: Senai, Sesi, Senac e Sesc.

A ASP é um espaço de vivência e (re) existência dessas mulheres e faz parte do movimento de prostitutas, que em Sergipe tem protagonizado, desde a década de 1990, o debate em torno dos direitos das prostitutas. Com apoio do Ministério da Saúde, a associação presta atendimento as mulheres oferecendo palestras sobre prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e distribuindo preservativos. Na ASP também foi montado o



serviço “Posto de Saúde Dona Jovem”, ofertando atendimento às vítimas de doenças sexualmente transmissíveis.

A construção desse estudo também se deve ao primeiro contato com Candelária, durante uma visita na ASP. Na ocasião tivemos a oportunidade de ter acesso à documentação da associação e arquivos que retratam os trabalhos desenvolvidos em parceria com as políticas públicas na área de Saúde, Assistência e Educação. Naquele momento de contato, algumas inquietações iniciais foram suscitadas relacionadas em torno de como a instituição atua com as prostitutas e como se dá o processo de organização das Prostitutas na associação.

A associação possui ações junto aos órgãos públicos e ao ente particular busca parcerias para atender estas mulheres. Com o trabalho da ASP o estado de Sergipe ganhou um aliado no enfrentamento a violência.

A instalação da instituição enfrentou uma batalha para legitimar juridicamente sua existência, e apenas em 26 de abril de 1993, foi regulamentada pelo título de Utilidade Pública Municipal, Lei nº2.460 de 04 de dezembro de 1996, e pelo Título Utilidade Pública Estadual Lei nº 5.555 de 21 de janeiro de 2005, a ASP conquista sua autonomia como Associação.

Candelária mediante as situações vividas encontrou na associação uma forma de mostrar que o problema social existe e que preciso resistência e luta. O trabalho da ASP é intensificado e visualizado na Estado, por diversos fatores, inclusive o econômico, já que para se mobilizar por todo Estado é preciso recursos financeiros. Segundo candelária associação é vista pelo estado como um braço direito dele para mediar as relações entre essas mulheres as políticas públicas, na tentativa de sanar a ausência de políticas públicas direcionadas para essas mulheres.

Aracaju é considerado como um dos grandes centros urbanos de prostituição de todo país, criando uma identidade nacional na rede de prostituição e submetendo estas mulheres ao extremo grau de vulnerabilidade. Candelária levantou a bandeira de luta na missão de batalhar para a educação das prostitutas de Sergipe, valorizando-as como cidadãs conscientes de seus direitos e deveres e investindo na capacitação e organização da classe para sua inclusão na sociedade. A ASP é a única instituição do estado dedicada ao desenvolvimento social, econômico, cultural e humano das mulheres profissionais sexo.

Aos poucos, em todo o país diferentes modelos associativos foram surgindo. Reunindo prostitutas de todo Brasil. Encontros nacionais e regionais passaram a acontecer Candelária foi uma das organizadoras do primeiro encontro das associações de prostituta do



Nordeste junto com a APROCE (Associação das Prostitutas do Ceará), NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição) do Rio Grande do Sul, e a Associação de prostitutas da Bahia (APROSBA). Candelária, na liderança da associação lutou junto à organização nacional de prostitutas, e participou de mobilizações a nível nacional em um momento que surgia no Brasil o movimento de prostitutas.

A militante da causa de proteção à mulher desde 1987, não sabe ler nem escrever, mas aprendeu desde muito cedo teve que lutar por seus direitos. Aos 7 anos, foi morar na rua e logo foi descoberta por uma cafetina, que lhe deu o apelido de Candelária, segundo ela esse nome foi escolhido pois ela dizia que eu era tão imponente como a igreja da Candelária, no Rio de Janeiro”. Com 16 anos, 1,71 metro, morena de olhos verdes, era considerada a prostituta mais bela e requisitada de Aracaju. Ao longo da sua atuação levou o nome da associação para espaços públicos de debate sobre a causa e venceu o Prêmio CLAUDIA 2000, disseminando sua luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da análise inicial observamos marcas de atuação da ASP na vivência das mulheres, sobretudo observamos um trabalho de educação em saúde junto as políticas públicas estaduais. Candelária não esqueceu, as mulheres da noite. E denunciou a violência e o abuso da polícia contra elas e fundou a Associação Sergipana de Prostitutas (ASP). Com apoio do Ministério da Saúde.

Assim, a carreira militante da Candelária é um elemento central da configuração da ASP, enquanto movimento social, luta política e reivindicação de direitos. A pauta da luta e resistência fez parte de todo o movimento construído dentro da ASP, desse modo, Candelária expandiu o trabalho da organização por meio de ações pautada na luta por direitos, portanto foi protagonista na luta por direitos junto aos órgãos relacionados às políticas sociais, consolidando o trabalho protagonizado pelas Prostitutas.

REFERÊNCIAS

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.



LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 525-541.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas. Florianópolis. Set-dez.2014

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTROGÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007

WALSH, Catherine. **Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial**: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (Org). Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013.